

Os significados de cidadania global nos fluxos migratórios e turísticos: uma revisão sistemática da literatura

The meanings of global citizenship in migratory and tourist flows: a systematic literature review

Maycon Luiz Tchmolo*

Juliano de Macedo**

Carlos Alberto Marçal Gonzaga***

Resumo: A crescente mobilidade humana tem transformado as relações sociais, culturais e econômicas, gerando desafios e oportunidades para o entendimento das dinâmicas globais, a promoção da interculturalidade e a construção de uma cidadania inclusiva e sustentável. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo identificar as principais inter-relações entre cidadania global, migração e turismo, presentes na literatura científica. A metodologia conta com uma revisão sistemática realizada com uso da *Methodi Ordinatio* e envolveu técnicas bibliométricas para a seleção de 14 artigos relacionados aos temas abordados. As análises revelam que os deslocamentos turísticos e migratórios estão profundamente interconectados dentro da mobilidade humana internacional. Nesse contexto, as dinâmicas sociais envolvidas nas experiências de mobilidade promovem nos indivíduos uma compreensão intercultural e ambiental, favorecendo o desenvolvimento de uma identidade global. Práticas como o turismo educacional, o voluntariado internacional e as migrações econômicas se destacam como fatores essenciais para o fortalecimento e a ampliação do senso de cidadania global.

Palavras-chave: Cidadania Global. Migração. Turismo. Mobilidade Humana.

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em Turismo pela Unicentro. Paraná. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: maycon@unicentro.br

** Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC), da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Mestre em Gestão de Políticas Públicas, pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Graduado em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Agente Universitário da Unicentro. E-mail: jmacedo@unicentro.br

*** Doutor em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Doutorado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Administração pela Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE). (NOVA, 2020). Professor do Departamento de Administração e Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: gonzaga@unicentro.br



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Abstract: Growing human mobility has transformed social, cultural, and economic relations, creating challenges and opportunities for understanding global dynamics, promoting interculturality, and building inclusive and sustainable citizenship. This study aims to identify the main interconnections between global citizenship, migration, and tourism in the scientific literature. The methodology includes a systematic review carried out by *Methodi Ordinatio* and involves bibliometric techniques for the selection of 14 articles related to the topics covered. The analyses reveal that tourist and migratory movements are deeply interconnected within international human mobility. In this context, the social dynamics involved in mobility experiences promote intercultural and environmental understanding in individuals, favoring the development of a global identity. Practices such as educational tourism, international volunteering, and economic migration stand out as essential factors for strengthening and broadening the sense of global citizenship.

Keywords: Global Citizenship. Migration. Tourism. Human Mobility.

Recebido em: 24/04/2025. Aceito em: 17/04/2026.

INTRODUÇÃO

As fronteiras físicas e culturais estão em constante (re)definição devido à mobilidade humana. As viagens, independentemente de seu motivo, trazem à tona desafios complexos relacionados ao fechamento ou à abertura dessas fronteiras. Essas experiências constroem comunidades nas quais as pessoas compartilham ideias e estabelecem laços. Isso leva à indagação: os indivíduos que viajam, seja por lazer, como turistas, ou com o objetivo de se estabelecer em outro lugar, como migrantes, podem ser considerados cidadãos globais?

O turismo e a migração têm se consolidado como temas de destaque na literatura científica, revelando, em suas práticas sociais e políticas, novas perspectivas sobre pertencimento, direitos e as complexas interações entre turistas e migrantes. A cidadania global, por sua vez, remete à ideia de pertencimento dos indivíduos além das fronteiras nacionais e de seu reconhecimento como parte de uma comunidade planetária, na qual promovem-se valores como justiça social, sustentabilidade e paz (Held, 1995; Moraes; Ogden, 2011; Biccum, 2020).

Considerando essa perspectiva, do ponto de vista do conceito de mobilidade humana, a migração, geralmente, é entendida como um deslocamento em busca de melhores condições de vida em outro local, implicando uma permanência prolongada (Balbim, 2016; Pinho; Marques; Góis, 2021). O turismo, por outro lado, tende a ser uma prática temporária ou de curta duração, capaz de proporcionar experiências a partir do contato com outras culturas (Barretto, 2009). Embora distintas em sua natureza, ambas produzem impactos expressivos na formação de uma identidade global, em que as pessoas se percebem cada vez mais como parte de uma comunidade sem fronteiras. Dessa forma, a cidadania global emerge como um conceito que integra essas temáticas e suplanta limitações territoriais.

A ideia de um mundo interconectado e interdependente pode parecer utópica (e talvez seja), sobretudo diante dos conflitos armados, das desigualdades socioeconômicas, dos preconceitos

raciais, religiosos e de classe, que conformam um cenário fragmentado e estereotipado. Promover uma análise aprofundada sobre esses aspectos pode ser uma forma de contribuir para as discussões científico-sociais e para a formulação de políticas públicas que sejam mais justas e inclusivas.

Diante dessas considerações, este estudo, fundamentado em uma revisão bibliométrica e sistemática da literatura científica, busca identificar as principais interconexões entre cidadania global, migração e turismo. A seção teórica divide-se em três partes: a primeira aborda a evolução do conceito de cidadania ao longo do tempo e no espaço; a segunda explora a migração como tema vinculado à mobilidade humana; e a terceira discute a relação entre cidadania global, migração e turismo. Nas seções seguintes, são apresentados os procedimentos metodológicos, os resultados e as discussões. De modo geral, o estudo evidencia que turismo e migração se articulam na compreensão de cidadania global, especialmente no que se refere a pertencimento, mobilidade e transposição de fronteiras. Por fim, as considerações finais destacam as limitações do estudo e sugerem direções para futuras agendas de pesquisa.

CIDADANIA: UM CONCEITO EM EVOLUÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO

Com o decorrer do tempo, a prática da cidadania na sociedade ocidental sofreu transformações significativas, produzindo mudanças históricas, culturais e sociais. A literatura científica traça uma cronologia detalhada que contextualiza a evolução deste conceito (Cademartori; Cademartori, 2007; Luz, 2008; Pinsky, Pinsky, 2010) e o associa a movimentos de poder, avanços culturais e revoluções científicas em consecutivos períodos históricos, culminando em transformações profundas na estrutura das sociedades.

As noções de justiça social defendidas pelos profetas hebreus, que promoviam princípios de equidade e responsabilidade coletiva dentro das comunidades, podem ser consideradas um marco remoto do desenvolvimento da concepção de cidadania (Pinsky; Pinsky 2010). Sua consolidação na sociedade ocidental, no entanto, está diretamente vinculada às transformações sociopolíticas do início da Idade Contemporânea, notadamente a partir da Revolução Francesa, em 1789. Nessa época estabeleceram-se os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que influenciaram a construção dos direitos civis e políticos modernos (Hobsbawm, 2015).

Nos séculos seguintes, a cidadania continuou a evoluir em resposta a profundas mudanças estruturais, geradas por revoluções políticas e sociais, como a Revolução Industrial, as Guerras Mundiais, a Guerra Fria e o processo de globalização, que também fomentaram avanços tecnológicos e científicos (Costa; Ianni, 2018). Assim, os direitos que hoje se proclamam no mundo ocidental são frutos de intensas lutas territoriais, políticas e sociais, que não apenas redefiniram o conceito de cidadania, mas também ampliaram seu escopo, incluindo direitos sociais e coletivos em diferentes contextos históricos e geográficos (Cademartori; Cademartori, 2007; Pinsky; Pinsky, 2010).

Ao publicar a obra *Citizenship and Social Class, and Others Essays*, em 1950, Thomas Humphrey Marshall abriu um campo fértil para pesquisadores de diversas áreas – como sociologia, ciência política, direito, geografia, história, antropologia, linguística e psicologia – investigarem a cidadania por perspectivas até então pouco exploradas ou inéditas. Sua abordagem multidimensional influenciou gerações de estudiosos, tornando-o um expoente da produção científica sobre cidadania.

Para Marshall (1950, p. 28) a “cidadania é um status concedido àqueles que são membros de uma comunidade”, composta por três tipos de direitos estabelecidos nos últimos três séculos: civis, políticos e sociais. De acordo com Silva (2008, p. 66), a concepção firmada por Marshall “(...)

permanece sendo uma das principais contribuições teóricas, senão a principal, para estudos sobre o tema cidadania”.

A categorização de Marshall (1950) permitiu a análise estrutural dos direitos e deveres do cidadão, mas também trouxe desafios conceituais, principalmente no que diz respeito à sua aplicabilidade em contextos diversos. Em função disso, sua obra não deixou de ser alvo de críticas, sobretudo devido à ideia que as sociedades são heterogêneas e de que, portanto, a noção de cidadania não é uniforme entre todas as nações. Conforme asseveram Cademartori e Cademartori (2007, p. 92), a cidadania, de fato, não pode ser “uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço”.

O conjunto de cinco críticas ao pensamento de Marshall é sistematizado por Silva (2008, p. 63-67):

Um *primeiro* conjunto de críticas chama a atenção para os limites do contexto nacional inglês que serviu de referencial para Marshall; aqui o argumento é o de que sua teoria, embora adequada para dar conta da experiência histórica da Inglaterra, não pode ser generalizada para outros contextos históricos ou regiões geográficas. [...] O *segundo* conjunto de críticas tem chamado atenção também para um suposto viés evolucionista, e mesmo funcionalista, da teoria. [...] O *terceiro* conjunto de críticas sustenta que a teoria de Marshall está atrelada às fronteiras institucionais e culturais do Estado-nação, o que a tornaria inadequada tanto para o atual contexto do mundo globalizado quanto para dar conta do fenômeno do multiculturalismo. [...] O *quarto* tipo de crítica é originário principalmente das teorias feministas que apontam para a dificuldade do autor em contemplar a problemática do gênero e seu esquema evolutivo. [...] Há ainda um *quinto* conjunto de críticas à teoria da cidadania de Marshall, que tem como elemento comum a preocupação com a atual crise do desemprego [...]

No que se refere ao primeiro conjunto, Carvalho (1996) defende que as críticas atribuídas a Marshall, relacionadas a um suposto etnocentrismo ao tratar o caso inglês como universal, são infundadas. Roche (1987) considera, entretanto, que o fato do sociólogo voltar a sua preocupação especificamente para a história social britânica, e não referenciar outros Estados-nação, não implica uma limitação etnocêntrica de sua análise, mas uma escolha metodológica que busca aprofundar a compreensão das particularidades do contexto nacional.

Mastrodi e Avelar (2017), ao contraporem os contextos inglês e brasileiro, enfatizam as diferentes realidades de cada país, moldadas por suas condições e trajetórias históricas. Essas distinções entre Estados-nação, e até mesmo dentro de um único Estado, geram debates e interpretações sobre cidadania que são complexos, plurais e contínuos.

Restrições impostas às mulheres em diferentes contextos sociopolíticos são casos emblemáticos de que a cidadania não se limita a uma construção jurídica, mas reflete desigualdades sociais e estruturais enraizadas em certas sociedades. De acordo com a Anistia Internacional (2024), no Afeganistão, as mulheres sofrem com proibições severas, como a impossibilidade de trabalhar no setor público, salvo exceções, de praticar esportes em espaços públicos desacompanhadas e de viajar além de 72 km sem a companhia de um homem. De maneira semelhante, no Iêmen, “as autoridades *de facto* e os grupos armados *huthis* impuseram restrições à livre circulação de mulheres e as proibiram de viajar sem um guardião do sexo masculino ou sem a aprovação por escrito de seu guardião” (*Idem*, 2024, p. 72).

De forma ampla e com foco no papel central dos cidadãos, também podem ser identificadas as perspectivas formais e informais da cidadania (Nordensvärd; Ketola, 2022). A cidadania formal diz respeito ao reconhecimento legal e jurídico, em que o cidadão usufrui de direitos plenos vinculados a um Estado-nação (Bauder, 2014), tendo possibilidade de reivindicar participação política e representação na elaboração de leis (Teo, 2021). Em contraste, a cidadania informal apresenta uma abordagem alternativa, na qual indivíduos que não são formalmente reconhecidos como cidadãos (segundo a perspectiva formal) fazem parte de uma comunidade, compartilhando valores e normas que orientam as relações sociais (McCargo, 2011; Berenschot; van Klinken, 2018; Teo, 2021; Nordensvärd; Ketola, 2022). Neste contexto, cidadãos e não-cidadãos, ou cidadãos formais e informais, coexistem dentro do mesmo Estado-nação, seja por meio do *jus solis* (direito adquirido por nascer no território) ou do *jus sanguinis* (direito adquirido pela ascendência) (Marshall, 1950; Cademartori; Cadematori, 2007), ou ainda, em decorrência de migrações motivadas por razões específicas, muitas vezes definidas de maneira individual.

Do ponto de vista da perspectiva informal, destacam-se os defensores de uma “cidadania sem fronteiras”. A partir de uma ótica ideológica, os argumentos dos chamados “internacionalistas” ganham relevância ao priorizarem a ampliação dos direitos e da solidariedade global, em vez de preocuparem-se com a precisão conceitual dos termos utilizados (Fox, 2005). Nessa circunstância, emergem conceitos que, embora compartilhem vínculos semânticos, não apresentam necessariamente significados idênticos (Quadro 1).

Quadro 1: Conceitos de uma “cidadania sem fronteiras”

Termo	Conceito	Referência
Cidadania planetária	Concebe que todos os seres humanos pertencem a um único planeta e, por isso, detêm responsabilidades e direitos universais em relação ao meio ambiente e à comunidade global. Reconhece uma interdependência entre pessoas e ecossistemas. O conceito implica um status que demanda ações coletivas para enfrentar desafios globais como as mudanças climáticas, a desigualdade socioeconômica e a degradação ambiental.	Morin (2008); Gadotti (2008).
Cidadania transnacional	Relacionada à migração ou à crescente interconexão entre Estados-nação. Reconhece a identidade e os direitos de cidadãos que possuem laços simultâneos com mais de um país, o que permite uma cidadania que transcende as fronteiras territoriais e culturais.	Sassen (1998); Castles, Miller e Ammendola (2005).
Cidadania cosmopolita	Vincula-se ao pertencimento a uma comunidade global, em que direitos e deveres ultrapassam as fronteiras nacionais. Os direitos são universais, aplicando-se a todos, independentemente de nacionalidade, etnia ou origem cultural. Acredita na existência de uma ordem mundial política e ética, na qual as pessoas são consideradas cidadãs do mundo (<i>jus cosmopolitanum</i>).	Kant (1975); Ortiz (1999); Wolkmer (2003).
Cidadania intercultural	Enfatiza o respeito e a convivência harmônica entre diferentes culturas, seja dentro de uma comunidade local ou em um contexto global. Seus pilares incluem a aceitação e a promoção da diversidade cultural, a liberdade de expressão e a valorização do diálogo como instrumentos essenciais para a construção de um entendimento mútuo.	Byram (2008); Wagner e Byram (2017).

Continua

Conclusão

Termo	Conceito	Referência
Cidadania global	Reconhece que os indivíduos pertencem a uma comunidade global, na qual se promove a solidariedade e o reconhecimento dos direitos humanos universais. Está intimamente ligada à ética de justiça social, defendendo a igualdade e o respeito para e entre todos, independentemente de sua origem. Entende que é necessária uma governança global para enfrentar os desafios de todo o planeta.	Held (1995); Morais e Ogden (2011); Biccum (2020).

Fonte: Organizado pelos autores (2024).

Os conceitos apresentados no Quadro 1 apresentam profundas conexões, mas cada um oferece uma abordagem específica sobre as relações entre indivíduos, culturas e a natureza. Embora compartilhem a busca por uma lógica global, em sua essência, eles operam dentro de contextos locais e nacionais, refletindo diferentes perspectivas sobre pertencimento, direitos e responsabilidades. Enquanto algumas concepções enfatizam a interconexão cultural e a promoção de uma convivência harmoniosa, outras destacam a solidariedade global e a importância de uma governança coletiva para enfrentar desafios transnacionais de maneira eficaz e equitativa.

Destarte, pode-se dizer que a cidadania global, conceito central desta pesquisa, é caracterizada pela defesa dos direitos humanos, da justiça social e da inclusão, transcendendo as fronteiras dos Estados-nação (Biccum, 2020), e que seu significado é construído socialmente, a partir das experiências individuais e conjuntas (Costa; Ianni, 2018).

Esse panorama evidencia a pluralidade de trajetórias que moldam o conceito de cidadania, refletindo-se nas múltiplas formas de inserção e participação dos indivíduos nos mais diversos âmbitos. A interseção entre cidadania, migração e globalização desafia estruturas tradicionais e exige novas abordagens teóricas e políticas para garantir que o pertencimento e os direitos fundamentais sejam reconhecidos e assegurados a todos, independentemente de sua condição territorial ou jurídica.

MIGRAÇÃO: UM CONCEITO POLÍTICO-NORMATIVO DE MOBILIDADES HUMANAS

Na sociedade pós-moderna, as discussões sobre cidadania estão intrinsecamente conectadas aos direitos humanos, destacando a primazia da liberdade individual e a construção de identidades fluidas. Os indivíduos passam a delinear e redefinir seus próprios universos sociais e culturais, em um processo de desconstrução das estruturas tradicionais de pertencimento e emergência de novas formas de identidade e interação (Bauman, 1998). Essa dinâmica ressignifica o vínculo afetivo com o local de nascimento ou de longa residência na infância e juventude, que dá lugar a “valores e identidades mais universalistas, cosmopolitas ou internacionais” (Hall, 2006, p. 97).

Sob uma perspectiva demográfica, o Relatório Mundial sobre Migração de 2024 aponta que, até o final de 2022, o número de migrantes internacionais atingiu 281 milhões. Esse dado sublinha a relevância da migração internacional como um fator estratégico para o desenvolvimento humano e um importante catalisador do crescimento econômico em diversas nações (IOM, UN Migration, 2024). Entretanto, essa mobilidade também levanta desafios consideráveis para a gestão das políticas migratórias e a garantia de direitos básicos aos migrantes, sobretudo no que tange à proteção contra exploração, xenofobia e marginalização social.

Em um contexto político-normativo, Benhabib (2005) observa que os movimentos migratórios impõem um dilema às democracias liberais: como equilibrar a autodeterminação soberana dos Estados com a adesão aos princípios universais dos direitos humanos? A migração não apenas questiona e abala os alicerces das políticas governamentais, mas também exige uma reavaliação das noções de soberania e cidadania, adaptando-as a uma realidade marcada pela interdependência global e pelos direitos transnacionais.

Entretanto, a realidade vivenciada pelos migrantes frequentemente expõe profundas desigualdades. Aqueles desprovidos de influência política e poder aquisitivo invariavelmente encontram-se em condições de vulnerabilidade, desproteção ou abandono nos países que escolhem como destino. Como observa Arendt (2000, p. 353), o fato de que “as leis não são iguais para todos” contribui para a formação de uma “massa anárquica de indivíduos super e subprivilegiados”.

Vale ressaltar, ainda, que as plataformas digitais desempenham um papel significativo na promoção da interação intercultural, à medida que facilitam o acesso virtual a diferentes culturas e regiões geográficas, embora representem uma forma paliativa e limitada de aproximação entre indivíduos e culturas estrangeiras. Essa interação mediada pela tecnologia difere substancialmente da experiência de migração. Estar fisicamente em um novo território implica uma ressignificação simbólica e subjetiva para o sujeito migrante, que encara de maneira direta os desafios, as barreiras culturais e as nuances de pertencimento e integração (Escudero, 2022).

Estudos empíricos reforçam os fatores que motivam a mobilidade humana. De acordo com Balbim (2016) e Pinho, Marques e Góis (2021) a ascensão social e a busca por conforto, os quais estão inextricavelmente ligados a questões econômicas, são os mais evidentes. Azevêdo, França e Cairns (2022) destacam que brasileiros com qualificação profissional escolhem Portugal pela estabilidade social e pela percepção de uma vida cosmopolita. Khan *et al.* (2023) indicam que a migração da Índia é impulsionada pela escassez de empregos e baixos salários, que levam os indivíduos a buscar países que oferecem melhores oportunidades, padrões de vida mais elevados e maior segurança social.

O impacto da migração vai além da experiência individual, gerando mudanças significativas tanto nas comunidades receptoras quanto nas de origem. Nos países de destino, os migrantes frequentemente formam redes comunitárias que preservam laços sociais, linguísticos e culturais com suas nações de origem, promovendo um sentimento de pertencimento e segurança em um ambiente inicialmente desconhecido (Fusco, 2005). Essas redes desempenham um papel fundamental na adaptação dos recém-chegados, facilitando a inserção no mercado de trabalho, o acesso a serviços essenciais e a mitigação dos desafios psicológicos e emocionais associados ao reposicionamento.

Por outro lado, enquanto as comunidades receptoras se beneficiam do dinamismo econômico e da diversidade cultural, as comunidades emissoras, acima de tudo em países que não fornecem políticas eficazes para reter talentos e fomentar oportunidades consistentes de trabalho, sofrem com a êxodo de profissionais qualificados, aprofundando desigualdades estruturais e a capacidade interna de desenvolvimento (Pacífico *et al.*, 2020).

A dimensão espacial da migração também é relevante. Movimentos migratórios podem ser internos, dentro de um mesmo país, ou externos, que ocorrem entre municípios, estados ou países (Balbim, 2016). Cohen (2005) identifica, sem limitar outras categorias, oito tipos de migrantes: trabalhadores legais, trabalhadores ilegais ou indocumentados, refugiados e pessoas deslocadas, mulheres independentes, trabalhadores especializados passageiros, trabalhadores especializados de longa duração, migrantes internos em grande escala e turistas. Essa diversidade evidencia a complexidade dos fluxos migratórios contemporâneos e sua influência nas dinâmicas globais.

Por fim, o estilo de vida turístico, descrito por Shebanova, Duncan e Franch (2023) como um movimento recorrente de ida e volta, é considerado uma forma específica de mobilidade internacional. Esse fenômeno, alinhado ao conceito de migração temporária (Cohen, 2005), é fundamental e estratégico para assimilar as realidades pessoais e as transformações sociais que impactam tanto as comunidades emissoras quanto as receptoras (Escudero, 2022).

INTEGRAÇÃO CIDADANIA GLOBAL, MIGRAÇÃO E TURISMO

Em meio à globalização, a cidadania não se limita a uma relação exclusiva entre o indivíduo e o Estado, mas incorpora dimensões transnacionais, permitindo que migrantes e turistas participem, em diferentes graus, da vida social, econômica e cultural dos territórios que visitam ou habitam (Held, 1995). Como apontam Schiller, Basch e Blanc (1995), tanto turistas quanto migrantes, ao interagir com novas culturas, desempenham um papel ativo na construção de uma sociedade global mais integrada, contribuindo para a disseminação de valores cosmopolitas e o fortalecimento dos Estados.

A migração e turismo possuem distinções fundamentais, relacionadas a temporalidade, a motivações subjacentes e a implicações socioeconômicas, que podem exercer influência direta na construção e no exercício da cidadania. Enquanto a migração, de modo geral, pressupõe uma mudança duradoura ou definitiva de residência, suscitada por fatores econômicos, políticos ou sociais, o turismo caracteriza-se como um deslocamento por curta duração, voltada para o lazer, a descoberta, o consumo cultural e, em alguns casos, a experiência educacional (Dehoorne, 2002; Cohen, 2005; Barretto, 2009; Sharpley, 2009).

Dehoorne (2002) sustenta que a mobilidade turística é predominantemente voltada para o lazer e a exploração cultural, enquanto a migração implica realocação por longa data em uma nova base territorial. Nesse sentido, o autor sintetiza a complexidade das interseções entre os conceitos, afirmando que o turismo não é migração, mas que esta pode se caracterizar como uma espécie de turismo. Esse entendimento, porém, não é unânime na literatura. Alguns estudiosos consideram o turismo como uma expressão da mobilidade humana e, assim sendo, uma forma de migração temporária (Cohen, 2005; Urry, 2007; Cresswell, 2010; Shebanova; Duncan; Franch, 2023). Em contrapartida, outros afirmam que o turismo e a migração são fenômenos distintos, baseando-se em suas diferentes motivações, permanências e impactos (Williams; Hall, 2000; Dehoorne, 2002; Barretto, 2009; Sharpley, 2009).

A distinção entre os termos torna-se mais tênue à medida que se consideram aspectos como o turismo residencial, as migrações sazonais e as práticas de nômades digitais, que desafiam as definições convencionais desses conceitos (Cohen, 2005; Sheller; Urry, 2007; Shebanova; Duncan; Franch, 2023).

Ao propor o conceito de *turismo-migração*, Shebanova, Duncan e Franch (2023) realizam uma conexão teórica na qual reconhecem que o turismo pode servir como um precursor da migração, seja por meio da familiarização do indivíduo com um novo território, seja pelo despertar do desejo de estabelecer uma residência mais permanente no destino visitado. Aposentados que escolhem residir em destinos turísticos, trabalhadores temporários que estendem sua permanência ou estudantes internacionais que, após um intercâmbio, buscam inserção profissional e cidadania no país de acolhimento, são exemplos de fluxos migratórios influenciados por experiências turísticas prévias (Williams; Hall, 2000).

O avanço das tecnologias de comunicação e a expansão do trabalho remoto também contribuem para a fusão dessas categorias, permitindo que indivíduos conciliem deslocamentos

temporários com atividades laborais em diferentes localidades (Morais; Ogden, 2011). O nomadismo digital é uma tendência que ilustra essa nova dinâmica de mobilidade. Nessa modalidade, profissionais altamente qualificados transitam entre diferentes países sem estabelecer residência fixa, utilizando a flexibilidade do trabalho remoto para combinar turismo e permanência prolongada em diversos territórios (Richards, 2015).

A interseção entre migração e turismo também suscita questionamentos sobre direitos e deveres dos indivíduos em trânsito. Se, por um lado, turistas são frequentemente tratados como consumidores temporários e usufruem de relativa liberdade de circulação, migrantes enfrentam barreiras legais e políticas que limitam sua integração nas sociedades de destino (Soysal, 1994; Benhabib, 2005). Essa discrepância revela um paradoxo na concepção de cidadania global, uma vez que a liberdade de mobilidade continua desigual e condicionada por fatores como nacionalidade, classe social e contexto geopolítico (Held, 1995; Schiller; Basch; Blanc, 1995).

Esse cenário sugere que a migração e o turismo não devem ser analisados como fenômenos estanques, mas como dimensões de um *continuum* da mobilidade humana, em que o grau de permanência e o nível de inserção socioeconômica variam conforme as circunstâncias e os objetivos dos sujeitos envolvidos (Williams; Hall, 2000).

A cidadania, nesse quadro, emerge como um constructo singular para compreender a interseção entre turismo e migração. De acordo com Marshall (1950), a cidadania se sustenta em três dimensões precípuas: direitos civis, que garantem a liberdade individual; direitos políticos, relacionados à participação no processo político; e direitos sociais, que asseguram bem-estar e igualdade de oportunidades. Ao refletir sobre a premissa do autor (1950), o elemento social sugere que, ao menos teoricamente, o turista poderia desfrutar de direitos sociais semelhantes aos de um cidadão local, como acesso a serviços básicos e segurança. Esses direitos, porém, não se estenderiam aos direitos políticos e civis, que estariam vinculados ao pertencimento formal a um Estado-nação.

Held (1995), por sua vez, frisa que a cidadania global carrega consigo a ideia de que todos os indivíduos compartilham direitos e responsabilidades sociais e civis universais, sob a proteção de instituições internacionais, o que desafia as concepções tradicionais de cidadania, promovendo debates sobre a legitimidade do reconhecimento de direitos em contextos de deslocamento.

Então, comungando da perspectiva de Dehorne (2002), indaga-se: poderia a mobilidade do turista, ao transitar por diferentes territórios, justificar a plena consideração de sua cidadania nesse espaço? Esse debate se apresenta como uma questão central para estudos que abrangem turismo e migração, destacando a necessidade de ampliação dos arcabouços teóricos e metodológicos que embasam essas discussões.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou técnicas bibliométricas para realizar uma revisão sistemática da literatura (Guedes; Borschiver, 2005; Pimenta *et al.*, 2017; Pagani; Kovaleski; Resende, 2017) e identificar os vínculos existentes entre cidadania global, migração e turismo. Todas as etapas foram conduzidas entre setembro e dezembro de 2024.

Na etapa inicial, foram conduzidos testes exploratórios para validar a eficácia dos descritores e operadores booleanos a serem utilizados e, desse modo, estruturar uma busca metodologicamente abrangente e sólida. Nessa fase, optou-se pela utilização de três conceitos-chave e de suas variantes para a pesquisa, quais sejam: cidadania global e cidadão global; migração, imigração e emigração; e turismo, viagem e jornada. Essa seleção criteriosa buscou abarcar

diferentes dimensões e interpretações dos termos, de modo a garantir que a pesquisa capturasse a complexidade e a interdisciplinaridade inerentes aos temas investigados.

Os descritores selecionados foram utilizados em conformidade com as especificidades de cada banco de dados e redigidos em inglês para assegurar a padronização internacional das buscas. O *string* de pesquisa seguiu o padrão: (*global citizen**) AND (*migration** OR *immigration** OR *emigration**) AND (*touris** OR *travel** OR *trip** OR *journey**). O uso do asterisco visou ampliar o alcance das buscas ao incluir múltiplas variações lexicais das palavras-chave, conforme orientações metodológicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Por exemplo, o termo *global citizen** incluiu variações como *global citizenship*; *migration** abrangeu formas plurais e correlatas, como *migrations*; e *touris** incluiu termos como *tourism* e *tourist*.

Na etapa seguinte foram definidas as bases de dados para a realização das buscas: *Scopus* e *Web of Science*, em razão da sua ampla cobertura de publicações na área de Ciências Sociais e Humanas; e *Sage*, *Taylor & Francis* e *Wiley*, devido à predominância de artigos relacionados aos temas cidadania global e migração, identificados previamente no Portal de Periódicos da CAPES. Para a composição do portfólio inicial, realizou-se uma busca avançada, com a aplicação de filtros para restringir os resultados a artigos de pesquisa e exigir a presença dos três descritores nos resumos dos artigos (Tabela 1).

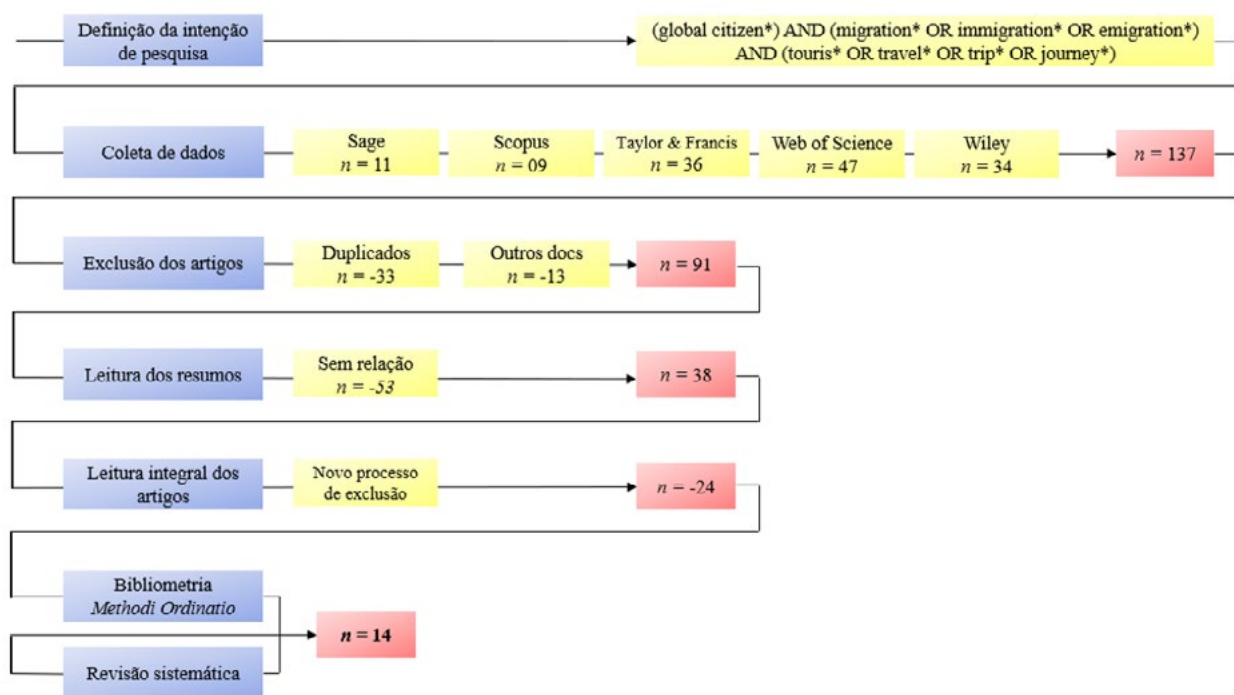
Tabela 1. Resultados das bases de dados

Banco de dados	Número de documentos	Número de artigos
<i>Sage</i>	12	11
<i>Scopus</i>	09	09
<i>Taylor & Francis</i>	61	36
<i>Web of Science</i>	54	47
<i>Wiley</i>	39	34
Total	175	137

Fonte: Os autores (2024).

Os 137 artigos selecionados foram exportados para o gerenciador de referências Zotero que, conforme Pagani, Kovalski e Resende (2017, p. 168) “apresenta melhor desempenho para coleta, organização e armazenamento de dados”. Essa ferramenta permitiu a identificação e a eliminação de 33 artigos duplicados e 13 documentos que, diferentemente do esperado, não se tratavam de artigos acadêmicos.

As triagens seguintes envolveram: a) a leitura integral dos resumos dos 91 artigos restantes, e a consequente exclusão de 53 não alinhados ao tema central ou não contendo todos os descritores de pesquisa; e b) a leitura integral dos 38 artigos restantes e a exclusão de 24 em razão da superficialidade na abordagem de um ou mais conceitos ou da ausência de ligação direta entre eles. Essa etapa findou com a seleção final de 14 artigos (Figura 1).

Figura 1. Etapas do processo de revisão

Fonte: Os autores (2024).

Os artigos selecionados foram analisados com base no protocolo da *Methodi Ordinatio* (Pagani; Kovalski; Resende, 2015; 2017; Pagani *et al.*, 2023). Inicialmente eles foram exportados do Zotero para o gerenciador de referências *JabRef*, em seguida, para uma planilha do Microsoft Excel, em que se aplicou a equação *Index Ordinatio* (*InOrdinatio*):

$$\begin{aligned}
 &InOrdinatio2.0 \\
 &= \sqrt[\Delta]{[\Delta * (IF)] - \left[\lambda * \left(\frac{ResearchYear - PubYear}{CitedHalfLife} \right) \right]} + \Omega \\
 &\quad * \left[\frac{Ci}{(ResearchYear+1) - PubYear} \right] \sqrt{}
 \end{aligned}$$

Onde:

Δ : Fator de ponderação da métrica;

IF : Métrica do periódico;

λ : Fator de ponderação do portfólio;

***ResearchYear*:** Ano da pesquisa;

***PubYear*:** Ano de publicação;

***CitedHalfLife*:** Meia-vida de citação da área;

Ω : Fator de ponderação de citações das publicações; e

Ci : Número de citações.

Segundo Pagani *et al.* (2023), a equação combina três variáveis fundamentais para avaliar e classificar artigos de acordo com sua relevância científica: o fator de impacto do periódico, o ano da publicação e o número de citações. Os autores atribuem o valor 10 a delta (Δ), lambda (λ) e ômega (Ω) a artigos publicados no século XXI, período que, para efeito desta investigação, é caracterizado pela expansão e consolidação de debates sobre cidadania global. Essa abordagem também reconhece a relevância de artigos com menor número de citações, partindo do pressuposto de que produções com menor visibilidade acadêmica podem conter contribuições significativas e inovadoras para a temática.

A técnica bibliométrica foi empregada com o objetivo de ampliar a visibilidade de novas fontes de informação e conhecimento (Pimenta *et al.*, 2017), por meio da avaliação sistemática de publicações científicas sobre cidadania global, migração e turismo. Esse método buscou “minimizar a subjetividade à indexação e recuperação de informações, produzindo conhecimento, em determinada área de assunto” (Guedes; Borschiver, 2005, p. 15).

A revisão dos artigos permitiu explorar as relações entre os seguintes aspectos: a) as modalidades de turismo e os tipos de migração relacionados à cidadania global; e b) a contribuição dos fenômenos migratórios e turísticos para o desenvolvimento do senso de cidadania global.

A seguir é realizada a apresentação e contextualização dos artigos selecionados, seguida de discussão que explora a relação entre cidadania global, migração e turismo. O foco é oferecer aos pesquisadores e estudiosos do fenômeno turístico um aprofundamento teórico e um aporte para que fomenta o debate e contribua para a integração desses conceitos.

RESULTADOS A PARTIR DO USO DA *METHODI ORDINATIO*

A aplicação da *Methodi InOrdinatio* permitiu hierarquizar os 14 artigos selecionados, considerando simultaneamente seu impacto teórico e metodológico no campo de estudos sobre cidadania global, migração e turismo.

O modelo de cálculo do *InOrdinatio* incorpora um coeficiente temporal que resulta em valores negativos para artigos com mais de dez anos de publicação que não acumularam citações suficientes para compensar sua desatualização. Contudo, os resultados desta pesquisa revelaram um padrão distinto: artigos publicados em 2010 receberam classificações elevadas quando submetidos à equação do método (Tabela 2), indicando que a antiguidade da publicação não é determinante na avaliação de relevância científica. Esse achado demonstra que fatores como profundidade teórica e impacto na área de estudo podem compensar a idade da publicação, conferindo ao *InOrdinatio* uma capacidade de capturar nuances qualitativas frequentemente negligenciadas por métricas puramente quantitativas.

Tabela 2. *Ranking InOrdinatio*

Autor(es)/ano	Título do artigo	Periódico	Fator de Impacto	Citações	Index Ordinatio
Ormond e Vietti (2022)	<i>Beyond multicultural 'tolerance': guided tours and guidebooks as transformative tools for civic learning</i>	<i>Journal of Sustainable Tourism</i>	13,8	31	238,7
Kangas (2010)	<i>Traveling for medical care in a global world</i>	<i>Medical Anthropology: Cross Cultural Studies in Health and Illness</i>	3,7	228	170,6
Teoh, Wang e Kwek (2024)	<i>Deconstructing transformations: Educational travellers' cross-cultural transformative experiences</i>	<i>Journal of Hospitality and Tourism Management</i>	6,5	9	155,0
Lorimer (2010)	<i>International conservation 'volunteering' and the geographies of global environmental citizenship</i>	<i>Political Geography</i>	4,9	130	117,2
Germann Molz (2008)	<i>Global Abode: Home and Mobility in Narratives of Round-the-World Travel</i>	<i>Space and Culture</i>	1,7	174	98,3
Folse (2023)	<i>Strategic Citizenship in China: Birth Tourism and the "American Hukou"</i>	<i>Social Problems</i>	5,7	7	90,7
Dalton e Jung (2019)	<i>Becoming cosmopolitan women while negotiating structurally limited choices: The case of Korean migrant sex workers in Australia</i>	<i>Organization</i>	5,6	21	84,4
Arli et al. (2023)	<i>The mediating effect of sociocultural adaptation and cultural intelligence on citizens and migrants: Impact on perceptions of country images</i>	<i>International Journal of Intercultural Relations</i>	3,4	7	67,7
Diniz e Noels (2021)	<i>Approaches to studying abroad in Brazil and their effects on language learning and intercultural contact</i>	<i>System</i>	5,3	3	56,6
Germann Molz (2017)	<i>Learning to feel global: Exploring the emotional geographies of worldschooling</i>	<i>Emotion, Space and Society</i>	2,9	23	48,5
Sarabia (2015)	<i>Global South cosmopolitans: the opening and closing of the USA-Mexico border for Mexican tourists</i>	<i>Ethnic and Racial Studies</i>	3,9	21	48,2
Chen (2018)	<i>The perceived cosmopolitan consumption of globally mobile, young consumers from China</i>	<i>Young Consumers</i>	4,1	1	34,5
Gunn, Friedrich-Nel e Johansen (2020)	<i>International Student Mobility in Radiography: Agency and Experience</i>	<i>Journal of Medical Imaging and Radiation Sciences</i>	1,8	4	20,7
Caruso (2013)	<i>An aesthetics of diasporic citizenship: the example of Lebanese women in the UK</i>	<i>Citizenship Studies</i>	2,8	2	15,2

Fonte: Elaborado pelos autores (2024), a partir da Methodi Ordinatio.

O fator de impacto utilizado pelo *InOrdinatio* considera duas métricas amplamente reconhecidas: o *Journal Citation Reports* (JCR) e o *Scimago Journal & Country Rank* (SJR) (Pagani; Kovaleski; Resende, 2017; Pagani *et al.*, 2023), ambas fundamentais para avaliar a influência e visibilidade dos periódicos acadêmicos em diversas áreas do conhecimento, funcionando como indicadores-chave de qualidade científica (Ruiz; Greco; Braile, 2009). Nos artigos analisados, a diversidade desses índices de impacto reflete a variedade de temas, enfoques metodológicos e abordagens teóricas presentes nas publicações que exploram cidadania global, migração e turismo.

Em relação ao fator de impacto dos periódicos analisados, constatou-se uma variação significativa entre as publicações. No topo da lista, o *Journal of Sustainable Tourism* apresenta um fator de impacto de 13,8, evidenciando sua alta relevância e influência nas discussões acadêmicas relacionadas ao turismo. Em contraste o periódico interdisciplinar *Space and Culture* registra o menor fator de impacto (1,7), o que sugere uma penetração mais fraca no campo científico.

Essa disparidade nos fatores de impacto ilustra a diversidade de alcance e especialização entre os periódicos, com alguns concentrando-se em áreas específicas de alto impacto, enquanto outros adotam abordagens mais amplas ou interdisciplinares. Apesar dessas diferenças, essa heterogeneidade de perspectivas podem constituir um ponto de enriquecimento para a análise científica.

A análise do número de citações dos artigos selecionados revela uma distinção clara entre os mais recentes e os mais antigos, definindo dois *clusters*. Considerando um recorte temporal de 11 anos (2013–2024), o primeiro grupo abrange publicações mais recentes, cujas citações são inferiores a 31. Esse baixo número de citações pode ser explicado pelo curto intervalo de tempo entre a publicação e sua inclusão nesta análise, o que limita sua disseminação e reconhecimento no meio acadêmico. Esse fenômeno é comum em estudos recentes, que frequentemente levam anos para alcançar maior impacto e consolidação como referências científicas (Ding; Du, 2023).

Por outro lado, os artigos de anos anteriores, de Kangas (2010), Germann Molz (2008) e Lorimer (2010), apresentaram números significativamente mais elevados de citações (228, 174 e 130, respectivamente), evidenciando sua consolidação como referências na área. Isso, por si só, sugere que a longevidade de um artigo na literatura acadêmica, aliada à qualidade e relevância do tema, favorece o acúmulo de citações e a incorporação como base teórica em pesquisas.

Um aspecto relevante é a presença de Germann Molz como única autora com dois artigos no portfólio analisado, acumulando um total de 197 citações. Professora de sociologia, Germann Molz é amplamente reconhecida como uma das precursoras no estudo das interseções entre cidadania global e turismo. Sua influência reflete-se no prestígio acadêmico, sendo o número de citações constantemente associado ao impacto de um autor dentro da comunidade científica (Vanz; Caregnato, 2003).

Dentro da metodologia aplicada, o artigo de Ormond e Vietti (2022) se destaca como o mais relevante, com uma pontuação de 238,7. Seguem-se, com pontuação superior a cem, os artigos de Kangas (2010) com 170,6, Teoh, Wang e Kwek (2024) com 155,0 e Lorimer (2010) com 117,2. Em contrapartida, o artigo de Caruso (2013), com a pontuação de 15,2, obteve a menor classificação, conforme mostrado na Tabela 2. Percebe-se que o ano de publicação exerce uma influência substancial sobre a pontuação no *InOrdinatio*, como evidenciado pelo artigo de Teoh, Wang e Kwek (2024) que, apesar de possuir apenas 9 citações, ocupa a segunda posição no ranking. Esse fator evidencia como o método considera não apenas a popularidade das publicações, mas também a sua atualidade no campo de estudo (Pagani; Kovaleski; Resende, 2017; Pagani *et al.*, 2023).

Evidencia-se, desta forma, a importância tanto a popularidade dos artigos, como da atualidade no campo de estudo para a aplicação bem-sucedida da *Methodi Ordinatio* (Pagani; Kovalski; Resende, 2017; Pagani *et al.*, 2023) e a extrema valia desta para revisões sistemáticas, à medida que possibilita uma avaliação dinâmica das publicações e uma análise mais precisa das tendências emergentes e do impacto das pesquisas.

Essa classificação foi fundamental para construir um portfólio equilibrado, capaz de produzir reflexões sobre as diversas perspectivas e abordagens teóricas dentro do tema. Isso procura garantir que a literatura revisada não apenas atenda a critérios quantitativos, mas também contribua para uma compreensão aprofundada dos fenômenos estudados, integrando dimensões teóricas e práticas.

DISCUSSÕES

O conceito de cidadania tem sido objeto de intensas discussões ao longo do tempo. Como apontado por Kant (1975, p. 11), a ideia de um direito cosmopolita propõe um “estado universal da humanidade”, no qual os indivíduos possuem direitos que transcendem fronteiras nacionais. Essa perspectiva está alinhada às reflexões contemporâneas sobre cidadania global que, segundo Biccum (2020), emergiu com força no início do século XXI no campo das Ciências Sociais.

Contudo, a noção de cidadania global ainda enfrenta desafios conceituais e políticos. Benhabib (2005) discute as dificuldades inerentes à concessão de direitos a estrangeiros, residentes e cidadãos, destacando que a inclusão social nem sempre está garantida. Essa tensão se reflete na abordagem de Bauman (1998), que argumenta que a pós-modernidade trouxe um “mal-estar” para a cidadania, tornando-a mais fragmentada e volátil. No âmbito das migrações e do turismo, essa fragmentação pode ser observada na forma como indivíduos negociam sua identidade e pertencimento em um mundo cada vez mais globalizado.

O uso recente do termo cidadania global pode justificar o número ainda limitado de publicações que o abordam, particularmente fora do campo educacional. É possível que o conceito esteja, na academia, excessivamente associado à área de educação, como exemplificado pela proposta da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2015). Entre os artigos analisados nesta pesquisa, destaca-se também a recorrência de referências a práticas relacionadas a “viagens educacionais”, que evidenciam uma ligação entre o turismo e o desenvolvimento de competências globais.

Dentro do escopo desta pesquisa, observa-se uma tendência de crescimento gradual, ainda que moderada, no uso do termo cidadania global nas discussões que envolvem migração e turismo. Apesar de existirem milhares de publicações explorando relações entre pares desses conceitos, a análise de uma tríade integrada entre cidadania global, migração e turismo permanece raramente explorada na literatura. Para identificar as interconexões principais entre esses temas, esta pesquisa se baseou em dois eixos de reflexão: a) as modalidades de turismo e os tipos de migração relacionado à cidadania global; e, b) a contribuição dos fenômenos migratório e turístico para o desenvolvimento do senso de cidadania global.

AS MODALIDADES DE TURISMO E OS TIPOS DE MIGRAÇÃO RELACIONADOS À CIDADANIA GLOBAL

O turismo e a migração, apesar de frequentemente considerados processos distintos, compartilham semelhanças que os tornam complementares em contextos específicos, conforme destacado por Cohen (2005). Ao propor que o turismo seja entendido como uma forma de migração internacional, o autor inaugurou uma linha de reflexão que permanece relevante para a análise científica desses fenômenos. O vínculo entre turismo e migração, proposto por Shebanova, Duncan e Franch (2023), reforça essa interpretação, ao indicar que as viagens de estilo de vida de caráter turístico e de caráter migratório podem estar interconectadas, demandando novas pesquisas que integrem essas dimensões à luz do conceito de cidadania global.

Com base nos estudos de referência, o turismo caracteriza-se por uma mobilidade temporária, na qual o indivíduo planeja retornar ao seu lugar de origem, enquanto a migração refere-se a uma mobilidade de longo prazo ou permanente, regularmente motivada por fatores econômicos, sociais ou políticos (Williams; Hall, 2000; Dehoorne, 2002; Barretto, 2009; Sharpley, 2009; Balbim, 2016; Pinho; Marques; Góis, 2021). Segundo Germann Molz (2008), a noção de “morada global” permite que turistas de longo prazo e migrantes compartilhem experiências de deslocamento, embora seus objetivos sejam distintos: os migrantes buscam enraizamento em um novo lugar, enquanto os turistas de longo prazo almejam retornar para casa. Essa diferença também é explorada por Williams e Hall (2000) e Dehoorne (2002). A análise destes autores, no entanto, reforça a ideia de que a mobilidade é a característica comum que une ambos os fenômenos.

Modalidades específicas de turismo, como o turismo educacional (Gunn; Friedrich-Nel; Johansen, 2020; Diniz; Noels, 2021; Teoh; Wang; Kwek, 2024), turismo médico (Kangas, 2010; Folse, 2023), turismo de fronteira (Sarabia, 2015), turismo de consumo (Chen, 2018), voluntarismo (Lorimer, 2010) e turismo de negócios (Germann Molz, 2017), ilustram as conexões entre turismo, migração e cidadania global. Práticas como o *worldschooling*, em que famílias viajam globalmente enquanto integram processos educacionais para os filhos, por exemplo, combinam mobilidade turística e aspectos migratórios. Além disso, iniciativas como o *Migrantour* e o *Roots Guide* promovem a integração de imigrantes, incorporando-os como agentes ativos no setor turístico dos países receptores (Ormond; Vietti, 2022).

A interação entre turismo e migração é ainda mais nítida em contextos como a migração forçada e a diáspora, nos quais o turismo pode assumir funções de adaptação sociocultural e geração de renda. Caruso (2013), por exemplo, examina como os setores turístico e alimentício favorecem a inserção de mulheres libanesas no Reino Unido e ampliam suas possibilidades de renda. Em sentido distinto, Dalton e Jung (2019) analisam mulheres sul-coreanas que migram para a Austrália e se inserem no trabalho sexual, argumentando que essas trajetórias podem envolver agência e aquisição de capital cultural, embora se desenvolvam sob precariedade e opções laborais estruturalmente limitadas¹.

O impacto da migração e do turismo na construção de identidades também é relevante. Arli *et al.* (2023) analisam a percepção intercultural entre turistas e migrantes indonésios na Austrália, concluindo que esses deslocamentos superam barreiras culturais e fomentam a cidadania global por meio da troca de perspectivas e valores. Essa ideia dialoga com McCargo (2011)

¹ Nesse caso, a agência mencionada por Dalton e Jung (2019) não se confunde com a mobilidade voluntária do turista, mas com uma capacidade de ação exercida em contextos de necessidade econômica, vulnerabilidade e restrições estruturais.

e Berenschot e van Klinken (2018), que exploram o conceito de cidadania informal, no qual as interações cotidianas ajudam a construir novas formas de pertencimento e identidade.

Conclui-se que, embora o turismo possa não ser estritamente um tipo de migração, as interações entre ambos os fenômenos, mediadas por contextos educacionais, sociais e econômicos, criam dinâmicas que contribuem para a formação de comunidades globais. Como apontado por Castles, Miller e Ammendola (2005), esses fluxos migratórios e turísticos, ao estabelecer um vínculo cultural entre países emissores e receptores, configuram um novo paradigma na compreensão das dinâmicas globais de mobilidade, exigindo um olhar mais amplo sobre os desafios e oportunidades que emergem desse cenário.

A CONTRIBUIÇÃO DOS FENÔMENOS MIGRATÓRIO E TURÍSTICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SENSO DE CIDADANIA GLOBAL

A mobilidade humana, tanto migratória quanto turística, tem sido central para a compreensão da cidadania global e suas implicações sociopolíticas e econômicas. Segundo Bauman (1998), a globalização intensificou os fluxos de pessoas, bens e ideias, mas também acentuou desigualdades no acesso a direitos e oportunidades, criando um cenário no qual a cidadania é vivenciada de forma desigual. Cohen (2005), por sua vez, destaca que a migração internacional e o turismo desempenham um papel essencial na formação de identidades cosmopolitas, permitindo experiências interculturais que transcendem fronteiras nacionais.

Nas pesquisas analisadas, o conceito de cidadania global é amplamente explorado a partir da mobilidade humana internacional, abordando diversas dimensões, como políticas de saúde globais (Kangas, 2010; Folse, 2023), políticas de imigração (Sarabia, 2015; Arli *et al.*, 2023), atividades profissionais (Caruso, 2013; Germann Molz, 2017; Dalton; Jung, 2019), práticas de voluntariado (Lorimer, 2010) e intercâmbio educacional e cultural (Chen, 2018; Gunn; Friedrich-Nel; Johansen, 2020; Diniz; Noels, 2021; Ormond; Vietti, 2022; Teoh; Wang; Kwek, 2024).

No âmbito das políticas de saúde, Kangas (2010) e Folse (2023) exploram o “turismo médico” e o “turismo de nascimento” como manifestações da cidadania global, fenômenos que evidenciam assimetrias nos sistemas de saúde e os diferentes graus de acesso aos direitos de cidadania. De acordo com Folse (2023), a cidadania global é apresentada como um tipo de capital simbólico e estratégico, que pode ser convertido em privilégios, dependendo das condições estruturais e das oportunidades disponíveis. Os passaportes, nesse caso, constituem-se em símbolos materiais das desigualdades, funcionando como meios de viabilizar ou limitar a mobilidade e o acesso a privilégios. Estas visões coadunam com as de Bauder (2014), que introduz o conceito de “cidadania domiciliar” para demonstrar como a territorialidade influencia a inclusão e a exclusão nos direitos sociais, e de Marshall (1950) sobre cidadania e classe social, evidenciando como fatores estruturais moldam o acesso aos direitos.

Azevêdo, França e Cairns (2022) asseveram que a tomada de decisão migratória é influenciada não apenas por fatores econômicos, mas também por considerações políticas e de estilo de vida, o que reforça a complexidade das migrações contemporâneas. O Relatório sobre Migração Mundial da OIM (2024) corrobora essa visão, demonstrando como a mobilidade internacional é regulada por fatores políticos e econômicos. Em relação às políticas de imigração, Sarabia (2015), que investiga a assimetria nas fronteiras EUA-México, e Arli *et al.* (2023), que exploram as percepções cruzadas entre turistas e migrantes indonésios e australianos, enfatizando que a adaptação sociocultural e a inteligência cultural são mediadores cruciais na construção de uma cidadania

global, enaltecem como as políticas fronteiriças e experiências interculturais influenciam as percepções e a formação de uma identidade global.

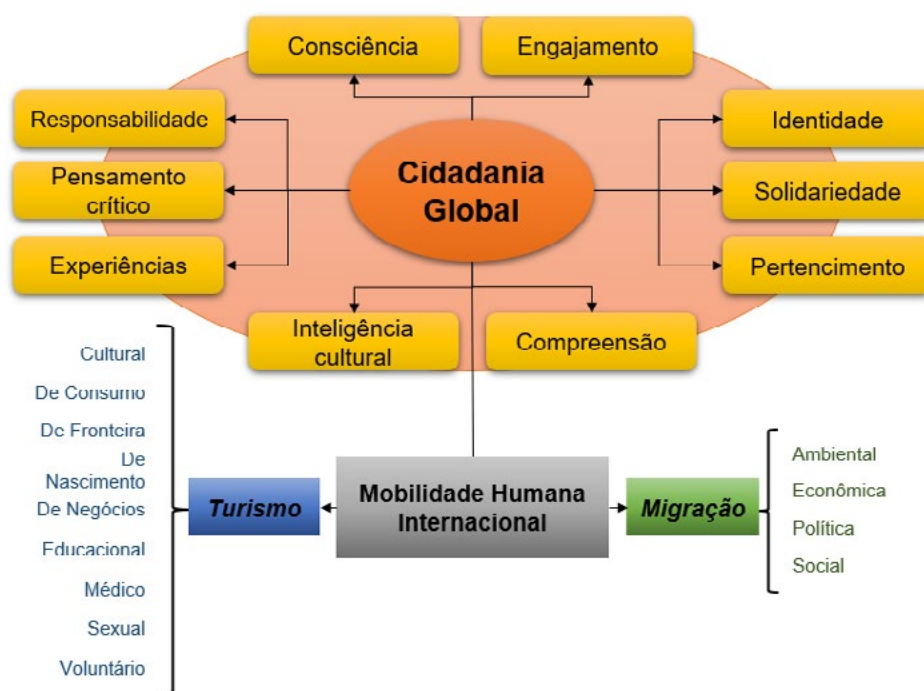
A dimensão profissional é analisada por Caruso (2013), Germann Molz (2017) e Dalton e Jung (2019). Estes últimos, por exemplo, investigam como as mulheres migrantes buscam desenvolver uma cidadania cosmopolita em meio as limitações impostas por contextos sociais e econômicos restritivos, e os consequentes desafios estruturais enfrentados na construção de uma identidade global. A exploração dos autores vai de encontro com o conceito “cidadania graduada” de McCargo (2011), que ilustra como indivíduos em diferentes posições migratórias têm acessos distintos a direitos, debates que são fundamentais para compreender como as migrações laborais contribuem para a construção de identidades globais.

O voluntariado internacional também desponta como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento da cidadania global. Lorimer (2010) argumenta que essas experiências não apenas promovem a conscientização ambiental, mas também fortalecem laços de solidariedade global. Consoante ao autor, o engajamento em iniciativas ambientalistas, frequentemente caracterizadas por sua complexidade e alcance macrossistêmico, tem o potencial de despertar o senso de responsabilidade cidadã e transformar os voluntários em agentes de mudança. Nesse sentido, Poziomyck e Guilherme (2022) destacam que essas iniciativas promovem uma educação experiencial, permitindo aos participantes um engajamento ativo com desafios globais e incentivando reflexões críticas sobre desigualdades e sustentabilidade.

Autores como Gunn, Friedrich-Nel e Johansen (2020), Diniz e Noels (2021) e Teoh, Wang e Kwek (2024) defendem que a mobilidade educacional é outro tipo de experiência igualmente eficaz para desenvolver uma geração de indivíduos responsáveis, conscientes das dinâmicas interculturais e engajados com os desafios e questões globais. A vivência em diferentes culturas e contextos socioeconômicos amplia a perspectiva dos estudantes e fomenta habilidades como empatia, adaptabilidade e pensamento crítico, essenciais para a construção de uma cidadania global ativa. Em contrapartida, Chen (2018) questiona esse potencial, ao demonstrar que estudantes chineses de classe alta, nos EUA, muitas vezes reproduzem padrões de consumo global sem um envolvimento intenso com as comunidades locais. Essas análises dialogam com Poziomyck e Guilherme (2022), que discutem os desafios da educação para a cidadania global, ressaltando que essa formação não é homogênea e depende de vários fatores contextuais.

Por fim, iniciativas como o *Migrantour* e o *Roots Guide*, analisadas por Ormond e Vietti (2022), demonstram como o turismo pode ser uma ferramenta pedagógica para o desenvolvimento da cidadania global. O primeiro consiste em um tipo de turismo guiado por migrantes, que proporciona aos participantes uma perspectiva autêntica e enriquecedora das comunidades locais, a partir das vivências dos próprios imigrantes. Já o *Roots Guide* é um guia turístico projetado para enaltecer a diversidade cultural, incentivando viajantes a adotarem uma mentalidade global durante suas experiências. Ambas as iniciativas estão alicerçadas na educação cívica e no aprendizado por meio da experiência direta, além de colaborar para desenvolvimento de uma visão mais inclusiva e interconectada do mundo.

Diante das diversas perspectivas apresentadas, a Figura 2 sintetiza as principais interconexões entre cidadania global, migração e turismo por meio de um mapa mental. Essa representação visual organiza os conceitos, evidenciando as relações e sobreposições entre os três temas, facilitando a compreensão das dinâmicas complexas que os unem.

Figura 2. Relações entre cidadania global, migração e turismo

Fonte: Os autores (2024).

Os estudos analisados reconhecem as aproximações entre mobilidade humana, turismo e cidadania global, porém não há consenso quanto aos efeitos destes processos. Parte da literatura enfatiza o potencial da mobilidade internacional para ampliar repertórios interculturais, promover engajamento e fortalecer disposições cosmopolitas. Em contrapartida, outros estudos demonstram que tais experiências são profundamente mediadas por desigualdades sociais, políticas migratórias, regimes de fronteira e condições materiais de acesso à mobilidade, de modo que a cidadania global não se realiza de forma homogênea nem universal.

As diversas abordagens e estudos analisados evidenciam a estreita interconexão entre os deslocamentos turísticos e migratórios no âmbito da mobilidade humana internacional. Essas dinâmicas sociais não apenas promovem uma compreensão mais profunda das interações interculturais e das questões ambientais, mas também contribuem significativamente para o desenvolvimento de identidades globais. Nesse cenário, práticas como o turismo educacional, o voluntariado internacional e as migrações econômicas tornam-se elementos essenciais para o fortalecimento e a ampliação do senso de cidadania global, ao incentivar a empatia, o engajamento e a responsabilidade coletiva em um mundo cada vez mais interconectado.

No entanto, conforme argumentam Berenschot e van Klinken (2018), a cidadania global não é um conceito universalmente acessível, sendo mediada por desigualdades socioeconômicas e políticas. Dessa forma, é essencial que as políticas migratórias e educacionais promovam formas mais equitativas de mobilidade, a fim de que a cidadania global seja uma possibilidade concreta para um número cada vez maior de indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inter-relações entre cidadania global, migração e turismo são evidenciadas de maneiras complexas e multifacetadas nos estudos revisados. O contato com diferentes culturas, seja por meio de estudos, viagens ou trabalho, expande a perspectiva dos indivíduos sobre questões globais, como desigualdade, interdependência e direitos humanos. Nesse sentido, a mobilidade não só transforma os sujeitos, mas redefine suas relações com os espaços e as fronteiras, sejam elas físicas ou culturais.

Entre as modalidades analisadas, o turismo educacional é destaque na promoção da cidadania global. Ele cria oportunidades únicas para o desenvolvimento de competências interculturais, que enriquecem a formação dos indivíduos e aumentam sua capacidade de compreender e interagir com diferentes contextos culturais. Já a migração por motivos econômicos, políticos ou sociais sugere um processo desafiador em que os migrantes têm suas identidades e noções de pertencimento constantemente questionadas e negociadas, sobremaneira diante das condições adversas encontradas em seus destinos. Essas experiências ampliam e também ressignificam a compreensão da cidadania global, contribuindo para a construção de identidades moldadas pelas especificidades de cada realidade vivenciada.

Em atendimento ao propósito de pesquisa – identificar as inter-relações entre cidadania global, migração e turismo presentes na literatura científica – conclui-se que a mobilidade humana internacional, seja por meio do turismo ou da migração, é uma experiência transformadora. Essa mobilidade promove um sentimento de pertencimento e reforça a conexão entre os indivíduos e os locais que escolhem para visitar ou habitar. Apesar das motivações distintas que impulsionam turistas e migrantes, ambos os grupos compartilham a possibilidade de desenvolver um senso de cidadania global ao interagir com diferentes culturas e contextos.

É importante salientar que a pesquisa apresenta algumas limitações. A decisão de priorizar estudos que explicitamente abordam a relação entre cidadania global, migração e turismo restringiu a análise de outras temáticas relevantes, como o intercâmbio estudantil e sua conexão com a cidadania global, extensivamente explorado na literatura. Essa lacuna aponta para futuras agendas de pesquisa, que poderiam expandir o escopo e explorar diferentes modalidades de turismo, como o religioso, cultural, de natureza, de aventura, entre outros, além de outras formas de migração, como a internacional ou de longa permanência, relacionadas ao conceito de cidadania global.

Outra limitação se refere à predominância de uma visão ocidental ou centrada no Norte Global nos estudos analisados. A cidadania global, frequentemente associada àqueles com alto poder aquisitivo, reflete desigualdades estruturais. Sarabia (2015) ilustra essa realidade ao abordar as dinâmicas entre mexicanos e norte-americanos, reproduzindo o mesmo questionamento que se firma neste estudo: é possível estabelecer categorias para os cidadãos globais? Entende-se que essa questão, ainda pouco explorada, apresenta-se como um desafio, mas também como uma oportunidade valiosa para futuras pesquisas que busquem aprofundar o entendimento das diferentes manifestações e implicações da cidadania global em contextos marcados por desigualdades.

Por fim, cabe considerar as tensões que atualmente colocam em xeque a ideia de cidadania global. Nos últimos anos, discursos conservadores e antidiversidade – e, por consequência, anti-globalização – vêm rejeitando a multiplicidade cultural e promovendo políticas nacionalistas e de fechamento de fronteira. Posturas radicalistas, geralmente motivadas por disputas comerciais, têm intensificado tensões geopolíticas e agravado crises migratórias, o que dificulta os avanços rumo a uma cidadania global mais inclusiva. Diante deste cenário, surge o questionamento: a

cidadania global será capaz de resistir ou se adaptar frente a ascensão de políticas conservadoras que favorecem o isolamento e o enrijecimento das fronteiras? Em um mundo cada vez mais polarizado, reflexões como essa se tornam fundamentais para repensar os caminhos possíveis rumo a uma cidadania verdadeiramente plural e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos direitos humanos no mundo**: Abril de 2024 (Índice: POL 10/7200/2024). Londres: Amnesty International Ltd., 2024. Disponível em: <https://www.amnesty.org>. Acesso em: 19 set. 2024.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARLI, D.; PEKERTI, A. A.; KUSUMANSONDJAYA, S.; SENDJAYA, S. The mediating effect of sociocultural adaptation and cultural intelligence on citizens and migrants: Impact on perceptions of country images. **International Journal of Intercultural Relations**, v. 92, 101728, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2022.10.004>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- AZEVEDO, L. F.; FRANÇA, T.; CAIRNS, D. “You’re better being poor here”: migration decision-making and political and lifestyle considerations among qualified Brazilians in Portugal. **Migraciones**, v. 56, p. 47-68, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14422/mig.2022.020>. Acesso em: 09 out. 2024.
- BALBIM, R. N. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. In: BALBIM, R.; KRAUSE, C.; LINKE, C. C. (Orgs.). **Cidade e movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea: ITDP, 2016, p. 23-42. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/26a45b2e-a87b-4523-879b-64d496422d46>. Acesso em: 09 out. 2024.
- BARRETTO, M. Interfaces entre turismo e migrações: uma abordagem epistemológica. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/7109/PASOS16.pdf#page=9>. Acesso em: 09 out. 2024.
- BAUDER, H. Domicile citizenship, human mobility and territoriality. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 1, p. 91-106, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132513502281>. Acesso em: 19 set. 2024.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de M. Gama e C. M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BENHABIB, S. **Los derechos de los otros**: Extranjeros, residentes y ciudadanos. Tradução de G. Zadunaiski. Barcelona: Gedisa, 2005. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2018/10/BENHABIB-Seyla.-Los-derechos-de-losotros-Extrajeros-residentes-y-ciudadanos.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.
- BERENSCHOT, W.; VAN KLINKEN, G. Informality and citizenship: The everyday state in Indonesia. **Citizenship Studies**, v. 22, n. 2, p. 95-111, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13621025.2018.1445494>. Acesso em: 19 set. 2024.
- BICCUM, A. R. Global citizenship. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. Oxford University Press, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.556>. Acesso em: 02 out. 2024.
- BYRAM, M. **From foreign language education to education for intercultural citizenship**. Multilingual Matters, 2008.

CADEMARTORI, D.; CADEMARTORI, S. Mutações da cidadania: da comunidade ao estado liberal.

Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, v. 28, n. 55, p. 65-94, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15044>. Acesso em: 17 set. 2024.

CARUSO, C. An aesthetics of diasporic citizenship: The example of Lebanese women in the UK.

Citizenship Studies, v. 17, n. 3-4, p. 369-384, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13621025.2013.791538>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CARVALHO, J. M. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, v. 18, p. 9-34, 1996. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2029>. Acesso em: 02 out. 2024.

CASTLES, S.; MILLER, M. J.; AMMENDOLA, G. A era da migração: Movimentos populacionais

internacionais no mundo moderno. **American Foreign Policy Interests**, v. 27, n. 6, p. 537-542, 2005.

Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10803920500434037>. Acesso em: 02 out. 2024.

CHEN, W.-F. The perceived cosmopolitan consumption of globally mobile, young consumers from

China. **Young Consumers**, v. 19, n. 4, p. 450-464, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.1108/YC-01-](https://doi.org/10.1108/YC-01-2018-00769)

2018-00769. Acesso em: 12 nov. 2024.

COHEN, R. Globalização, migração internacional e cosmopolitismo cotidiano. In: BARRETO, A. (Org.).

Globalização e migrações. 2. ed. Lisboa: ICS, 2005. Cap. 1.

COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. O conceito de cidadania. In: COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. (Orgs.).

Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica. Editora UFABC, 2018. p. 43-73. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788568576953.0003>. Acesso em: 17 set. 2024.

CRESSWELL, T. Towards a politics of mobility. **Environment and Planning D: Society and Space**, v.

28, n. 1, p. 17-31, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/d11407>. Acesso em: 14 out. 2024.

DALTON, B.; JUNG, K. Becoming cosmopolitan women while negotiating structurally limited choices:

the case of Korean migrant sex workers in Australia. **Organization**, v. 26, n. 3, p. 355-370, 2019.

Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1350508418812554>. Acesso em: 12 nov. 2024.

DEHOORNE, O. Tourisme, travail, migration: interrelations et logiques mobilitaires. **Revue européenne**

des migrations internationales, v. 18, n. 1, p. 1-27, 2002. Disponível em: [https://doi.org/10.4000/](https://doi.org/10.4000/remi.1676)

remi.1676. Acesso em: 14 out. 2024.

DING, J.; DU, D. A study of the correlation between publication delays and measurement indicators of

journal articles in the social network environment - based on online data in PLOS. **Scientometrics**,

v. 128, p. 1711-1743, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-023-04640-6>. Acesso em: 20

nov. 2024.

DINIZ, G. L.; NOELS, K. A. Approaches to studying abroad in Brazil and their effects on language

learning and intercultural contact. **System**, v. 97, 102443, 2021. Disponível em: [https://doi.](https://doi.org/10.1016/j.system.2020.102443)

org/10.1016/j.system.2020.102443. Acesso em: 12 nov. 2024.

ESCUDERO, C. Os imigrantes e a cidade de São Paulo: modos de interação e sociabilidade. **REMHU:**

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 30, n. 64, p. 1-20, 2022. Disponível em: [https://](https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006412)

doi.org/10.1590/1980-85852503880006412. Acesso em: 08 out. 2024.

FOLSE, B. Strategic citizenship in China: birth tourism and the “American Hukou”. **Social Problems**, v.

70, n. 1, p. 238-255, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/socpro/spab038>. Acesso em: 12 nov.

2024.

- FOX, J. Unpacking “transnational citizenship”. **Annual Review of Political Science**, v. 8, p. 171-201, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.7.012003.104851>. Acesso em: 24 set. 2024.
- FUSCO, W. A formação de comunidades-filhas no fluxo de brasileiros para os Estados Unidos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000300005>. Acesso em: 09 out. 2024.
- GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/3080>. Acesso em: 09 out. 2024.
- GERMANN MOLZ, J. Global abode: Home and mobility in narratives of round-the-world travel. **Space and Culture**, v. 11, n. 4, p. 325-342, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1206331207308333>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- GERMANN MOLZ, J. Learning to feel global: Exploring the emotional geographies of worldschooling. **Emotion, Space and Society**, v. 23, p. 16-25, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2017.02.001>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: Uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: CINFORM – Encontro Nacional de Ciência da Informação, 2005, Salvador. **Anais [...]**, Salvador: UFBA, 2005. p. 1-18. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/30178707/vanialsledes.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- GUNN, C.; FRIEDRICH-NEL, H.; JOHANSEN, S. International student mobility in radiography: agency and experience. **Journal of Medical Imaging and Radiation Sciences**, v. 51, n. 2, p. 299-306, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jmir.2020.02.003>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.
- HELD, D. **Democracy and the Global Order**: from the Modern State to Cosmopolitan Governance. Cambridge: Polity Press, 1995.
- HOBSBAWM, E. **A era das revoluções**: 1789-1848. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM, UN Migration). **World migration report 2024**. UN Migration, 2024. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2024>. Acesso em: 08 out. 2024.
- KANGAS, B. Traveling for medical care in a global world. **Medical Anthropology**, v. 29, n. 4, p. 344-362, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01459740.2010.501315>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- KANT, I. **A paz perpétua**: um projecto filosófico. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1975. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1795/mes/paz.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- KHAN, M. I.; ALHARTHI, M.; HAQUE, A.; ILLIYAN, A. Statistical analysis of push and pull factors of migration: a case study of India. **Journal of King Saud University - Science**, v. 35, n. 8, 102859, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jksus.2023.102859>. Acesso em: 09 out. 2024.
- LORIMER, J. International conservation ‘volunteering’ and the geographies of global environmental citizenship. **Political Geography**, v. 29, n. 6, p. 311-322, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2010.06.004>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LUZ, L. T. A origem e evolução da cidadania. **Colloquium Humanarum**, v. 4, n. 1, p. 91-104, 2008. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/226>. Acesso em: 17 set. 2024.

MARSHALL, T. H. **Citizenship and social class**. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MASTRODI, J.; AVELAR, A. E. C. O conceito de cidadania a partir da obra de T. H. Marshall: conquista e concessão. **Cadernos de Direito**, v. 17, n. 33, p. 3-27, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/5678>. Acesso em: 19 set. 2024.

McCARGO, D. Informal citizens: Graduated citizenship in Southern Thailand. **Ethnic and Racial Studies**, v. 34, n. 5, p. 833-849, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.2010.537360>. Acesso em: 19 set. 2024.

MORAIS, D.; OGDEN, A. C. Initial development and validation of the global citizenship scale. **Journal of Studies in International Education**, v. 15, n. 5, p. 445-466, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1028315310375308>. Acesso em: 02 out. 2024.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

NORDENSVÄRD, J.; KETOLA, M. A theory of informal and formal social citizenship and welfare. **Journal of Social Policy**, v. 53, n. 3, p. 772-791, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0047279422000630>. Acesso em: 19 set. 2024.

ORMOND, M.; VIETTI, F. Beyond multicultural 'tolerance': Guided tours and guidebooks as transformative tools for civic learning. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 30, n. 2-3, p. 533-549, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2021.1901908>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ORTIZ, R. Dicionário cultural e cosmopolitismo. **Lua Nova**, n. 47, p. 73-89, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000200005>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PACÍFICO, A. P.; PINHEIRO, A. T.; GRANJA, J. P. F. de V.; VARELA, A. Mobilidade Humana e Migração. In: **O estado da arte sobre refugiados, deslocados internos, deslocados ambientais e apátridas no Brasil: atualização do Diretório Nacional do ACNUR de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso de graduação em João Pessoa (Paraíba) e artigos (2007 a 2017)**. Campina Grande: EDUEPB, 2020. p. 27-45. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786587171128.0004>. Acesso em: 09 out. 2024.

PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L. M. M. Avanços na composição da Methodi Ordinatio para revisão sistemática de literatura. **Ciência da Informação**, v. 46, n. 2, p. 161-187, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v46i2.1886>. Acesso em: 25 out. 2024.

PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L. M. M. *Methodi Ordinatio*: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citations, and year of publication. **Scientometrics**, v. 105, p. 2109-2135, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1744-x>. Acesso em: 25 out. 2024.

PAGANI, R. N. *et al.* *Methodi Ordinatio 2.0*: revisited under statistical estimation, and presenting FInder and RankIn. **Quality & Quantity**, v. 57, n. 5, p. 4563-4602, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11135-022-01562-y>. Acesso em: 25 out. 2024.

PIMENTA, A. A.; PORTELA, A. R. M. R.; OLIVEIRA, C. B. de; RIBEIRO, R. M. A bibliometria nas pesquisas acadêmicas. **Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 4, n. 7, 2017. Disponível em: https://flucianofeijao.com.br/flf/wp-content/uploads/2017/12/EDUCAR_PARA_A_CIDADANIA_FINANCEIRA.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

- PINHO, F.; MARQUES, J. C.; GÓIS, P. Migrações de regresso a Portugal: uma história sem fim. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 3, p. 789-806, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030007>. Acesso em: 08 out. 2024.
- PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- POZIOMYCK, A.; GUILHERME, A. A. Educação para cidadania global: críticas e desafios. **Revista Contexto & Educação**, v. 37, n. 118, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2022.118.12576>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- RICHARDS, G. The new global nomads: youth travel in a globalizing world. **Tourism Recreation Research**, v. 40, n. 3, p. 340-352, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02508281.2015.1075724>. Acesso em: 14 out. 2024.
- ROCHE, M. Citizenship, social theory, and social change. **Theory and Society**, v. 16, n. 3, p. 363-399, 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/657728>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- RUIZ, M. A.; GRECO, O. T.; BRAILE, D. M. Fator de impacto: importância e influência no meio editorial, acadêmico e científico. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, v. 31, n. 5, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-84842009005000080>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- SARABIA, H. Global South cosmopolitans: The opening and closing of the USA-Mexico border for Mexican tourists. **Ethnic and Racial Studies**, v. 38, n. 2, p. 227-242, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.2014.887741>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- SASSEN, S. **Globalization and Its Discontents**. New York: The New Press, 1998.
- SHARPLEY, R. **Tourism development and the environment: Beyond sustainability**. London: Earthscan, 2009. Disponível em: <https://api.taylorfrancis.com/content/books/mono/download?identifierName=doi&identifierValue=10.4324/9781849770255&type=googlepdf>. Acesso em: 14 out. 2024.
- SHEBANOVA, E.; DUNCAN, T.; FRANCH, D. B. Personal crisis as a catalyser in a movement continuum of tourism lifestyle mobilities. **Tourism Geographies**, v. 25, n. 7, p. 1797-1817, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616688.2023.2290660>. Acesso em: 09 out. 2024.
- SCHILLER, N. G.; BASCH, L.; BLANC, C. S. From immigrant to transmigrant: Theorizing transnational migration. **Anthropological Quarterly**, v. 68, n. 1, p. 48-63, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3317464>. Acesso em: 14 out. 2024.
- SILVA, J. P. da. **Trabalho, cidadania e reconhecimento**. Annalube, 2008.
- SOYSAL, Y. N. **Limits of citizenship: Migrants and postnational membership in Europe**. Chicago: University of Chicago, 1994.
- TEO, T.-A. Multiculturalism beyond citizenship: the inclusion of non-citizens. **Ethnicities**, v. 21, n. 1, p. 165-191, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1468796820984939>. Acesso em: 19 set. 2024.
- TEOH, M. W.; WANG, Y.; KWEK, A. Deconstructing transformations: educational travellers' cross-cultural transformative experiences. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 58, p. 506-515, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2023.02.012>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- UNESCO. **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>. Acesso em: 14 out. 2024.
- URRY, J. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2007.

WAGNER, M.; BYRAM, M. Intercultural citizenship. In: KIM, Y. Y. (Ed.). **The International Encyclopedia of Intercultural Communication**. John Wiley & Sons, Inc., 2017. p. 1-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781118783665.ieicc0043>. Acesso em: 02 out. 2024.

WILLIAMS, A. M.; HALL, C. M. Tourism and migration: New relationships between production and consumption. **Tourism Geographies**, v. 2, n. 1, p. 5-27, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/146166800363420>. Acesso em: 14 out. 2024.

WOLKMER, M. de F. S. Cidadania cosmopolita, ética intercultural e globalização neoliberal. **Revista Sequência**, v. 46, p. 29-49, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4818047>. Acesso em: 14 out. 2024.